

Ofício 451/2025

Guarujá, 30 de abril de 2025.

Ao
Grupo de Trabalho para Revisão da Legislação que Regula as Atividades de
Ambulantes do Município de Guarujá - Prefeitura de Guarujá

Assunto: Propostas para Revisão da Legislação que Regula as Atividades do Comércio de Ambulantes do Município de Guarujá

Atendendo a solicitação do Grupo de Trabalho para Revisão da Legislação que Regula as Atividades de Ambulantes do Município de Guarujá, a **Água Viva, Associação Guarujá Viva**, encaminha suas propostas para que sejam lidas na reunião que será realizada na data de 30 de abril de 2025, às 15:00, na sala de reuniões do Gabinete.

As praias pertencem a todas e todos – não ao gabinete fotogênico do prefeito nem ao lote de empreiteiras que farejam lucro onde deveria pulsar vida coletiva. Por isso, a Aguaviva convoca a população a defender um modelo de gestão costeira que gere trabalho decente, preserve a saúde pública e garanta acesso irrestrito à orla, desmontando qualquer tentativa de privatização disfarçada de “revitalização turística”.

 Avenida Santos Dumont, 1307 - Sítio Paecara - Guarujá/SP

 (13) 97801-6446 |  contato@guaruja.org.br

 www.guaruja.org.br/aguaviva

1 · O que a lei e a realidade exigem

As praias são bens da União, e a Constituição determina que seu uso é comum e irrestrito. Além disso, garantir um ambiente costeiro saudável é dever público inegociável. Balneabilidade digna é condição para turismo sustentável e para a redução de doenças de veiculação hídrica. Estudos mostram que cada real investido no turismo retorna quase o dobro em emprego e renda, sobretudo no comércio local. Manter a praia limpa e acessível, portanto, não é romantismo verde; é estratégia econômica elementar.

2 · O retrato (nada) oficial

Enquanto moradores colecionam alertas de contaminação da água, o prefeito prefere inaugurar pórticos cenográficos, posar para drones e anunciar selos ambientais que nunca chegam – lembrando o famigerado Bandeira Azul citado apenas em releases de marketing. Para completar, seu projeto de reorganizar quiosques ignora ambulantes e pressiona trabalhadores informais, ainda que exista no Congresso um projeto de lei que regulamenta precisamente essa atividade sem tolher o acesso popular à faixa de areia. Não bastasse, a administração virou cheerleader da chamada PEC das Praias, passaporte para cercas, guaritas e pedágios a céu aberto. Se depender da gestão atual, teremos mar, sol e sombra... mas só para quem puder pagar pelo combo premium.

3 · Propostas da Aguaviva

1. **Calendário vinculante de audiências públicas** – divulgado com trinta dias de antecedência, transmissão on-line e material acessível, prática já adotada em municípios que reduziram litígios e ampliaram a participação social.
2. **Comitê paritário de gestão costeira** – com representação da sociedade civil, ambulantes, pesquisadores, setor hoteleiro e poder público, nos moldes da legislação nacional de gerenciamento costeiro.
3. **Metas mensuráveis de balneabilidade** – laudos trimestrais publicados em painel digital; prefeitura que não cumpre explica ao Ministério Público.
4. **Regulamentação inclusiva do trabalho na orla** – licenciamento simplificado, pontos rotativos e qualificação profissional articulada com o Sistema S; quem vende água de coco merece política pública, não perseguição.
5. **Transparência orçamentária** – cada centavo arrecadado com taxas ou concessões deve ter destino rastreável para saneamento, guarda-vidas e acessibilidade, premissa básica para qualquer selo de excelência turística.

4 · Chamado à ação

Ou a prefeitura escuta agora – em audiências amplas, com microfone aberto e atas vinculantes – ou ouvirá depois o coro uníssono de moradores, turistas e trabalhadores dizendo: “essa praia também é minha”. A Aguaviva se mantém pronta a dialogar; mas se o prefeito insistir em transformar a orla em balcão VIP de negócios, não faltará maré cidadã para varrer esse projeto de privatária das areias.

A Aguaviva reafirma seu papel na defesa do processo de decisão democrático para a profunda e crescente estruturação de propostas concretas, oferecendo sugestões equilibradas para a construção das políticas públicas municipais em diversas áreas como é o caso desse importantíssimo assunto.

O tema envolve questões que vão da geração de emprego, renda, passando pelos necessários cuidados sanitários, de promoção da saúde pública, balneabilidade, entre outros.

E tendo as diversas atividades ligadas de forma direta e também indireta, ao turismo como palco essencial.

A tão importante como esses aspectos acima citados, há no tema implicitamente o assunto ocupação das praias por moradores, turistas, ambulantes e comerciantes.

O dilema da praia para todos, como a Constituição Federal determina, ou uma eventual e injusta ocupação para poucos. Na prática, uma descarada privatização do espaço público.

O objetivo é que os diversos seguimentos sejam ouvidos efetivamente de forma mais justa e igualitária, proporcionando uma vida digna para todos.

Para tanto, propõe que sejam realizadas **audiências públicas** sobre o tema, com **datas e convocações gerais antecipadas e que garantam o amplo conhecimento pelas diversas associações representativas ofereçam as condições para o debate no contexto e ritmo de cada entidade.**

Desde já, agradecemos pela atenção e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou cooperação técnica que se fizer necessária. Atenciosamente,



José Manoel Ferreira Gonçalves

Presidente da Associação Guarujá Viva – Água Viva

 contato@josemanoelfg.com.br

 (11) 96371-2077